

REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

CIDADES DO PORTAL

ARTIGO

FEIRA DE SANTANA E OS DESAFIOS PARA CONSTRUIR UMA CIDADE SUSTENTÁVEL
FEIRA DE SANTANA AND THE CHALLENGES TO BUILD A SUSTAINABLE CITY

SOLANGE MARIA OLIVEIRA DA SILVA

Graduada em Geografia/UEFS, Professora da Escola Summerhill. E-mail: solmariasilva@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem a finalidade de chamar a atenção para os impactos gerados pela urbanização desorganizada da cidade de Feira de Santana (BA), em relação ao planejamento e criação de bases para a construção de uma cidade sustentável. A metodologia utilizou-se de discussões teóricas, realização de entrevistas e observações *in loco* para a sua fundamentação, o que auxiliou na melhor compreensão da realidade e aperfeiçoamento do estudo. O objetivo principal deste artigo é analisar como a expansão urbana provocou transformações no espaço da cidade e influenciou o modo de vida da população. A degradação ambiental gera problemas sociais e afeta a qualidade de vida das pessoas. Políticas voltadas para o controle das implicações ambientais são necessárias para melhorias no espaço urbano de cidades que tem um histórico de crescimento pautado no interesse econômico, alheio aos interesses sociais e bem-estar populacional. É desafiador pensar e agir com foco na questão ambiental, pois exige uma transformação da rotina nas cidades e mudanças de hábitos por parte dos moradores. A articulação entre os agentes formadores da sociedade é essencial para a construção de uma cidade sustentável.

Palavras-chave: Espaço urbano, Planejamento, Cidade sustentável.

ABSTRACT

The present work has the purpose of drawing attention to the impacts generated by the disorganized urbanization of the city of Feira de Santana (BA) in relation to the planning and creation of bases for the construction of a sustainable city. The methodology was based on theoretical discussions, interviews and on-site observations for its rationale, which helped in the better understanding of the reality and improvement of the study. The main objective of this article is to analyze how the urban expansion caused changes in the city space and influenced the way of life of the population. Environmental degradation generates social problems and affects people's quality of life. Policies aimed at controlling the environmental implications are necessary for improvements in the urban space of cities that have a history of growth based on economic interest alien to social interests and population welfare. It is challenging to think and act with focus on the environmental issue, since it requires a transformation of the routine in the cities and change of habits on the part of the residents. The articulation between the agents that form the society is essential for the construction of a sustainable city.

Keywords: Urban space, Planning, Sustainable city.

INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto da análise de como a expansão urbana desordenada ocasionou transformações nos espaços

urbanos e influenciou o modo de vida da população, com base em estudos realizados na cidade de Feira de Santana, na Bahia. O texto explora a evolução tortuosa da cidade ao avaliar o seu processo de desenvolvimento desorganizado,



fortemente centrado no crescimento econômico, o que deixa de lado a questão da conservação ambiental.

Os problemas ambientais no Brasil surgiram desde a época da colonização, com o advento dos ciclos econômicos (pau-brasil, cana, café, ouro) que culminaram com a degradação da diversidade biológica. O crescimento e o desenvolvimento acelerado do país, apesar de trazer benefícios econômicos, provocaram sérios problemas ambientais, a exemplo da poluição de corpos hídricos (rios, lagos, mares), perda da biodiversidade, degradação do solo, lançamento inadequado de esgoto e poluição atmosférica etc.

A urbanização acelerada na maioria das cidades tem sido uma das principais causas dos problemas ambientais enfrentados pela sociedade nos espaços urbanos. Isso decorre de um crescimento desordenado, sem planejamento adequado. A ocupação de locais inadequados para moradia, a exemplo de áreas de forte declividade, de mananciais, próximas aos lixões e de áreas de preservação ambiental, tem ocasionado impactos negativos ao meio ambiente e colocado em risco a qualidade de vida da população das cidades médias.

A cidade de Feira de Santana, nas últimas décadas, passou por um ritmo de crescimento urbano intenso, que, por outro lado, a fez perder áreas verdes, soterrar lagoas e gerar problemas de infraestrutura. Isso decorre de um planejamento e gestão inadequados do espaço urbano. A ocupação da cidade, com a construção de loteamentos e conjuntos residenciais, se deu, em geral, de forma “espontânea” e sem maiores preocupações com o uso e ocupação adequada do solo.

A proposta central deste artigo reside na preocupação com a questão da sustentabilidade, na esfera ambiental, que é pensar até que ponto houve a construção de uma cidade com melhor qualidade de vida, no sentido ambiental, para a população presente e futura.

A questão ambiental refere-se às modificações ocorridas no meio devido às diversas degradações dos recursos naturais face às ações humanas, como poluição industrial, doméstica, do solo e da água, as incorporações imobiliárias, a renovação urbana, a devastação da vegetação, as quais ameaçam a qualidade ambiental e, por conseguinte, a qualidade de vida e geram vários problemas sociais.

A metodologia utilizou-se de técnicas e métodos científicos de forma a atingir os objetivos propostos. Foi utilizada a pesquisa qualiquanti, com caráter exploratório, o que envolve levantamentos bibliográficos e um estudo de caso, que permitiram amplo e detalhado conhecimento a respeito do tema.

O texto está organizado da seguinte forma: inicia com a definição sobre cidade e espaço urbano. Depois, traz algumas considerações sobre sustentabilidade e a análise de ideia da cidade sustentável, e conclui com aspectos sobre Feira de Santana.

ALGUMAS NOÇÕES SOBRE CIDADE E ESPAÇO URBANO

O espaço urbano é um lugar de reprodução e condicionante social, ou seja, um local onde não apenas se realizam atividades humanas, mas resultado de um produto social e histórico. Nele se evidenciam as atividades econômicas, sociais e culturais sendo, portanto, reflexo dessas ações. Já a cidade é uma área inserida nesse espaço, constituída por residências, comércios ou indústrias. É interessante entender que a cidade é parte do espaço urbano a fim de que possamos contextualizar melhor os conceitos e refletir com propriedade a questão central desse texto: a sustentabilidade.

Nota-se que o espaço urbano é fruto da relação sociedade-natureza, por isso a importância de discorrer sobre a promoção da cidade sustentável. A cidade de Feira de Santana foi escolhida como recorte analítico para análise ao abordar seu aspecto histórico, social e, sobretudo, econômico, o que promoveu o crescimento da região.

Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano é a reunião de áreas onde se exercem atividades comerciais, áreas residenciais, de lazer etc. Portanto, pode-se afirmar que é um espaço fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado, visto que suas partes mantêm certa relação, independente da intensidade. Ainda segundo o autor, esse espaço é produzido por agentes sociais (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos) e desenvolvido de acordo com os seus interesses, por vezes divergentes.

Dos agentes destacados por Corrêa (1989), os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos têm maior enfoque no trato da investigação sobre a cidade de Feira de Santana, uma vez que trata-se das incorporações imobiliárias, os papéis dos construtores na constituição do espaço da cidade e as consequências desse processo no meio ambiente, bem como as interferências no modo e qualidade de vida da população excluída.

Para Carlos (2007), o espaço urbano possui um sentido mais amplo, que contempla não apenas aspectos físicos, como sentido da vida humana e abrange todas as suas dimensões, a saber:

[...] o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito à superação da ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida. Assim, a cidade se realizaria também, como lugar do possível – possibilidade de um projeto voltado para o futuro (CARLOS, 2007, p. 11)

Esse conceito discutido por Carlos (2007) busca compreender a cidade através da análise da vida cotidiana

como prática socioespacial, ou seja, como o espaço onde se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana. A proposta da autora é compreender que a sociedade produz o espaço, apropria-se dele e domina-o.

A linha de raciocínio seguida por Carlos (2007) permite-nos perceber que o uso do espaço, além de deixar marcas profundas no mesmo, explicita as formas de apropriação dos lugares e demarca as relações de propriedade, como acontece com as imobiliárias, que usam estratégias, submetidas à mediação do mercado, para transformar o espaço em mercadoria. Esse processo é claramente definido pela autora como um espetáculo de consumo.

ESPAÇO URBANO E SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é um dos termos mais citados e discutidos por pesquisadores em tempos recentes, aliado ao conceito de desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma forma ampla de dizer como satisfazer as necessidades das gerações presentes, suprimindo-as de forma a não comprometer as gerações futuras, como citou a Organização das Nações Unidas (ONU) na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1988 (ONU, 1988).

Alguns autores questionam esse conceito abordado pela ONU por trazer um teor exclusivamente econômico. Para Franco (1997), por exemplo, o termo “desenvolvimento sustentável” remete a um conceito mais amplo, criado a partir da Estratégia Mundial para a Conservação, que propôs um equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente, com vistas para a utilização racional dos recursos naturais. Segundo os apontamentos da autora, em 1971 já se ouvia falar em “desenvolvimento sustentável”, porém sob a denominação de “ecodesenvolvimento”; termo estabelecido na Reunião de Founex. O conceito é complexo e exige mudanças radicais na forma de pensar, viver, produzir, consumir, entre outros, para que seja implantado.

Como destacam Ribeiro e Souza (2013), o termo “desenvolvimento sustentável” está consolidado e atrelado às dimensões ambiental, social e econômica, sem hierarquia e sobreposições entre elas e converge para a busca pelo fim da pobreza, redução da poluição ambiental e desperdício no uso de recursos. Dessa forma, o crescimento econômico necessário, porém equilibrado, seria obtido através da preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social tanto para as gerações presentes quanto futuras.

Mikhailova (2004) ressaltou que o desenvolvimento sustentável ganhou ênfase a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). A fim de concretizar os compromissos firmados durante a ECO-92, foi preparado um documento denominado Agenda 21, no intuito de disciplinar e concentrar os esforços nas áreas-chaves.

Os princípios do desenvolvimento sustentável, dispostos no documento da Agenda 21 (1995), foram

aprovados por mais de 180 países, os quais requerem compromissos econômicos, sociais e políticos, que agem como um roteiro para a construção de uma sociedade sustentável. No capítulo 5 do texto, destaca-se:

O crescimento da população mundial e da produção, associado a padrões não sustentáveis de consumo, aplica uma pressão cada vez mais intensa sobre as condições que tem nosso planeta de sustentar a vida. Esses processos interativos afetam o uso da terra, a água, o ar, a energia e outros recursos. As cidades em rápido crescimento, caso mal administradas, deparam-se com problemas ambientais gravíssimos. O aumento do número e da dimensão das cidades exige maior atenção para questões de Governo local e gerenciamento municipal. Os fatores humanos são elementos fundamentais a considerar nesse intrincado conjunto de vínculos; eles devem ser adequadamente levados em consideração na formulação de políticas abrangentes para o desenvolvimento sustentável. Tais políticas devem atentar para os elos existentes entre as tendências e os fatores demográficos, a utilização dos recursos, a difusão de tecnologias adequadas e o desenvolvimento. As políticas de controle demográfico também devem reconhecer o papel desempenhado pelos seres humanos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. É necessário acentuar a percepção dessa questão entre as pessoas em posição de tomar decisões em todos os níveis e oferecer, de um lado, melhores informações sobre as quais apoiar as políticas nacionais e internacionais e, de outro, uma estrutura conceitual para a interpretação dessas informações. (AGENDA 21, 1995, p. 39)

O texto da agenda 21 cita que o crescimento acelerado das cidades, aliado à má administração e desconsideração da importância do fator humano, pode prejudicar a formulação de políticas para o desenvolvimento sustentável. A proposta é que os povos se unam em prol da construção de uma sociedade saudável e a divulgação do documento contribui efetivamente para essa realização.

Todavia, é possível ter uma cidade saudável, sustentável? Essa é a pergunta que norteia o pensamento de Costa (1997). O autor discorre sobre a possibilidade de se ter uma cidade saudável ao analisar as relações dos homens com os demais componentes da natureza, no espaço urbano, e das relações dos homens entre si nas cidades. Para o autor, a construção de uma sociedade saudável culmina no desenvolvimento de uma cidade também saudável. É necessário propor um novo projeto de cidade que reúna questões ligadas ao ambiente, pessoas, saúde, economia e governo, respeitando suas particularidades, mas trabalhando de forma conjunta de modo que a renovação do ambiente seja benefício de todos.

Limonad (1999) traz outro conceito de cidade ao fazer uma análise reduzindo-a a esfera de consumo. Entretanto, ela ressalta que se deve levar em conta que a estruturação do

território está articulada com base em alguns condicionantes, ao considerar a interferência da distribuição das atividades produtivas e da população, assim como Estado, setor imobiliário, entre outros. É preciso que todos os condicionantes (Estado, população, imobiliárias, empresas e indústrias) estejam ligados estrategicamente de modo a buscar formas de se pensar e construir uma “cidade sustentável”.

De forma breve, Pires e Welter (2010) definem “cidade sustentável” como aquela em que, em seus aspectos ambientais, administrativos e sociais, propõe-se um espaço urbano melhor para seus habitantes e que garanta qualidade de vida para as gerações. Essa avaliação retrata a ideia que a cidade sustentável surge como ponto de equilíbrio das relações de todos os atores sociais, o que culmina em um desenvolvimento econômico compatível com a preservação ambiental e qualidade de vida dos seus habitantes.

São destaques no capítulo 7 da Agenda 21 (1995) algumas iniciativas internacionais, como o Programa de Cidades Sustentáveis, da Habitat e o Programa de Cidades Saudáveis, da Organização Mundial de Saúde (OMS), que desenvolvem e fortalecem ações que identificam problemas e direcionam as cidades para um caminho sustentável. Programas esses definidos de acordo com leis, normas e regulamentos. Aliadas a essas iniciativas há ações desenvolvidas pelos bancos mundiais e regionais de desenvolvimento, assim como autoridades nacionais e locais, que ditam questões primordiais, que devem ser tratadas pelas cidades, em níveis individuais, no intuito de se tornar sustentável, a saber:

- a) Definir uma abordagem participativa do desenvolvimento urbano sustentável que envolva setor público, privado e comunidades;
- b) Melhorar o meio ambiente urbano (rede de infraestrutura, melhoria dos serviços públicos e proteção de locais históricos e culturais);
- c) Realização de práticas saudáveis de planejamento urbano;
- d) Participação de “redes de cidades sustentáveis” internacionais para troca de experiências e captação de apoio técnico e financeiro;
- e) Formular programas de turismo ambientalmente e culturalmente sustentável;
- f) Captar recursos para iniciativas de promoção local de melhoria de qualidade ambiental;
- g) Reunir grupos comunitários, organizações não governamentais e indivíduos que se responsabilizem pelo uso de instrumentos, adequação de técnicas e critérios para conservação do meio ambiente.

FEIRA DE SANTANA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

Criada a partir de uma vila, denominada Arraial de Feira de Sant’Anna, a cidade, conhecida como “Princesa do

Sertão”, localiza-se na zona de planície entre o Recôncavo e os tabuleiros semi-áridos do nordeste baiano, limitando-se ao Sul com São Gonçalo dos Campos e distando 108km de Salvador.

O município de Feira de Santana conta com uma área de 1.337.993 Km² e possui oito distritos: Maria Quitéria, Humildes, Jaíba, Jaguará, Bonfim de Feira, Tiquarucu, Governador João Durval Carneiro e Matinha. A cidade tem como limites geográficos Candéal, Tanquinho e Santa Bárbara, ao Norte; São Gonçalo dos Campos, ao sul; Santanópolis, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe e Santo Amaro, ao Leste; Antonio Cardoso, Ipecaetá, Anguera e Serra Preta, a Oeste (IBGE, 2015).

Segundo Poppino (1968), a história de Feira de Santana tem origem relacionada ao século XVIII. Nessa época, haviam as estradas antigas de boiadeiros que funcionavam como passagem obrigatória para o deslocamento do gado entre as regiões Norte e Sul do Brasil, já que o Recôncavo dedicava-se exclusivamente à produção de cana de açúcar. Por sua vez, os criadores de gado faziam deslocamentos para o interior, num movimento conhecido por “ranchos” de gado.

Feira surgiu a partir de uma vila, por Decreto estabelecido em 13 de Novembro de 1832. Em setembro do mesmo ano, ocorreram os “empossamentos” dos primeiros vereadores e a instalação do Município. Em 1873, a vila foi elevada à categoria de cidade, por meio da lei provincial nº 1320, que a denominou de Cidade Comercial de Feira de Santana: nome modificado para o atual topônimo de Feira de Santana e oficializado através do decreto estadual nº 11.089 de 30 de novembro de 1938. O nome é uma homenagem ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brandoa, considerados fundadores, quando, no século XVIII, ergueram uma capela em homenagem à sua santa de devoção (Senhora Sant’Anna) na fazenda Sant’Anna dos Olhos D’Água (IBGE, 1958).

A vila nasceu como um ponto obrigatório de tropas, viajantes e tropeiros, procedentes de outras regiões. O forte do município residia no comércio de gado e nas feiras realizadas periodicamente, o que ditou o acelerado ritmo de crescimento do povoado e a exigência de construção de ruas largas e instalação de casas comerciais para atender à demanda populacional, que crescia estrondosamente. (FEIRA DE SANTANA, 2016).

Feira de Santana sempre teve um aspecto comercial, por conta de suas feiras livres: um ponto de parada para compra e venda de mercadorias por quem passava pela região. Uma cidade privilegiada geograficamente, o que servia de recurso estratégico para boiadeiros e vaqueiros. O crescimento rápido do comércio fortaleceu a sua identidade. A intensificação das atividades comerciais culminou em um rápido e intenso processo de desenvolvimento urbano, que envolveu a criação de ruas amplas e instalação de casas comerciais, para atender tanto à população da cidade que crescia quanto aos que chegavam e acabavam por adotar Feira de Santana como moradia (FEIRA DE SANTANA, 2016).

Segundo dados do IBGE, a data de 1940 marcou o início do crescimento populacional acelerado; mesma época em que começaram os investimentos em estabelecimentos industriais (ARAÚJO, 2013).

Santo (2012) observa que a transformação de Feira de Santana começou com a implantação da BR-324 e BR-116, no ano de 1950, o que fortaleceu o entroncamento rodoviário e destacou-se na economia baiana e brasileira. Adiciona-se a esse fator a instalação da Universidade Estadual de Feira de Santana, em 1968, que proporcionou o crescimento imobiliário na parte norte da cidade.

Feira tem na sua localização geográfico-econômica os principais fatores propulsores de crescimento, que inclui a proximidade com Salvador. Em seu processo de desenvolvimento percebe-se que inexistiu a aplicação dos planos desenvolvidos, o que favoreceu a construção de ruas tortuosas e desprovidas de infraestrutura básica.

Do ponto de vista econômico, Santo (2012) destaca a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS). Inicialmente, o CIS foi instalado às margens da BR-324, entretanto a infraestrutura proporcionada pelo bairro Tomba e a proximidade da BR-101 influenciaram na mudança do local com a justificativa de facilitar o desenvolvimento das indústrias.

Esse crescimento acelerado de Feira resultou em um processo de urbanização desorganizado, concebido, inicialmente, apenas com o intuito de projetar uma cidade que acomodasse uma atividade econômica próspera, sem avaliar as consequências desse modelo estrutural a médio e longo prazo. Braga (2004) enfatiza que a urbanização acelerada provoca conflitos e é preciso equilibrar o interesse individual com a questão da conservação ambiental.

Um dos resultados mais impactantes do progresso mal planejado de Feira de Santana é visto no meio ambiente. Santo (2012) destaca que a relação homem-meio, na cidade, é considerada intensa e ambígua, uma vez que ambos influenciam e são influenciados. A autora ainda critica a forma como os órgãos fiscalizadores se posicionam de forma incipiente diante da questão, o que dificulta a solução dos conflitos e a efetiva atuação na proteção ambiental.

Machado (2010) enfatiza que a força adquirida pela questão ambiental, a partir dos anos de 1990, também trouxe responsabilidades para a tarefa de regularização de loteamentos e urbanização de favelas, tendo em vista o aumento dos conflitos socioambientais na cidade de Feira de Santana. Para o autor, esses são princípios básicos para implantação da sustentabilidade urbana na cidade.

Souza (2003) discute que o estudo da sustentabilidade urbana está atrelado às consequências da explosão populacional, o que intensifica os espaços urbanos e gera problemas de lixo, transportes e disseminação da pobreza.

A evolução e melhoria dos ecossistemas urbanos só são possíveis com a adoção de padrões espaciais de ocupação que considerem o meio natural. Aliado a isso, devem ser definidas as responsabilidades sociais com o

meio ambiente e adquiridos novos padrões de planejamento urbano. (MACHADO, 2010).

Por se tratar de uma cidade que nasceu de uma colonização de exploração, como bem expõe Santo (2003), Feira de Santana foi explorada sem a preocupação com a preservação do meio ambiente, a saber:

De forma similar a todas as cidades surgidas de uma colonização do tipo exploração, Feira de Santana passou a ser explorada sem a devida preocupação com o meio ambiente local. Assim, toda a vegetação original foi retirada e substituída por pastagens, os rios, as lagoas e a água subterrânea exaustivamente utilizados e degradados, e o ar também tem servido de receptor de emissões atmosféricas das indústrias, sem o devido controle. (SANTO, 2003, p. 5)

No caso específico de Feira de Santana, a cidade foi perdendo as ruas arborizadas para a construção de novos sistemas de transporte, casas comerciais e condomínios habitacionais, sem a execução de planos diretores ou identificação de leis de zoneamento. Por isso, faz-se necessário uma avaliação das degradações ambientais e a criação de uma política de proteção ambiental voltada para a sustentabilidade e desenvolvimento de uma consciência política e cidadã quanto aos problemas que estamos enfrentando.

Essa ocupação desenfreada de Feira de Santana sempre foi alvo de preocupação por parte de ambientalistas, autores e pessoas em geral que se inquietam com a questão ambiental da cidade. O desordenado crescimento populacional é fruto de uma cidade sem planejamento correto do uso e ocupação dos solos, o que fez com que pessoas de baixa renda, mas também de médias e altas, ocupassem locais próximos às lagoas, sem preocupação com a infraestrutura de saneamento básico e esgotamento sanitário, o que contribuiu para o agravamento da poluição. Dessa forma, pastagens, lagoas e lençol freático se sobressaem sobre a vegetação original, como cita Carvalho (2009).

Ferreira (2015) esclarece que as lagoas feirenses são protegidas pelo Código Municipal do Meio Ambiente, o que presume sua preservação. Entretanto, essa lei não impediu que as pessoas ocupassem as áreas em torno das lagoas e contribuíssem para a sua degradação.

Outra preocupação são os lixos provenientes de residências, indústrias e hospitais. Eles são descartados em locais conhecidos como aterros sanitários, construídos em áreas que deveriam causar o mínimo de danos ao meio ambiente. Porém, a presença de uma lagoa próxima ao aterro da cidade de Feira de Santana é um sinal forte de prejuízo ao meio ambiente, uma vez que modifica a sua coloração e propicia a degradação.

Esgotos a céu aberto também constituem um dos principais problemas ambientais citados pelos moradores de Feira de Santana, pois, além de tornarem as ruas intransitáveis pelo acúmulo de água e lama, podem ocasionar doenças por conta da proliferação de insetos. Tudo isso aliado ao mau

cheiro provocado pelas redes de esgoto e o odor exalado pelas indústrias, oriundos de pó e gases modifica a qualidade do ar e interfere na qualidade de vida dos moradores.

Outro problema preocupante ocorrido na cidade é a contaminação dos rios. Pesquisas científicas alertaram para a resolução desse problema que não é tratado de forma prioritária pelos órgãos de caráter socioambientais, como a Secretaria Municipal de Meio de Feira de Santana (SEMMAM) e o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Sabe-se que o retardamento na forma de atuação desses órgãos é o maior aliado para a degradação ambiental.

Todos esses questionamentos em relação às agressões ao meio ambiente é o que faz questionar como transformar Feira de Santana em uma cidade sustentável, uma vez que os problemas ambientais encontrados nela não têm apresentado preocupação, ao longo da história, por conta do retardo do poder público em ações antecipadas de prevenção. A cobrança da população deveria ser lavada em consideração na relação das prioridades tratadas pelos órgãos públicos, a fim de criar uma nova realidade socioambiental para a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma cidade saudável requer uma mudança de atitude e comportamento tanto por parte da população quanto de outros agentes sociais, como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e Estado. Essa articulação de ideias é o princípio para tornar o espaço urbano equilibrado e sustentável.

O estudo realizado permitiu perceber que o crescimento das cidades, a exemplo de Feira de Santana, culminou em implicações que trouxeram transtornos, não só para o ambiente, como para a sociedade. As modificações ocorridas nos espaços, ora vistas como premissas para o desenvolvimento, trouxeram discussões acerca da lógica capitalista, em que o planejamento de áreas urbanas se sobrepõe aos critérios de promoção de justiça social e qualidade de vida.

Planejar uma cidade para a sustentabilidade requer a resolução de conflitos existentes entre os anseios da sociedade e os interesses do poder público. Essa busca pela justiça socioambiental é conflitante e só pode ser resolvida através da participação de todos em debates e discussões acerca das necessidades das cidades para que se crie um ambiente propício para se viver com qualidade ao mesmo passo em que seja valorizado do ponto de vista econômico, social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Antonio Marcello Ricci de. **O crescimento de Feira de Santana e o papel do parque da cidade nas transformações dos bairros do seu entorno**. 2015, 256f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e

Desenvolvimento Social)- Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo. Ed. Ática S.A. 1989.

COSTA, José Luiz Riani; Algumas reflexões sobre cidade saudável. **Revista Saúde e Sociedade**. v. 2. N. 6. 1997. p. 65-70.

FEIRA DE SANTANA. Decreto nº 8836, 21 de janeiro de 2013. Nomeia membros para integrar o conselho municipal de meio ambiente de Feira de Santana - condema, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/decreto/2013/884/8836/decreto-n-8836-2013-nomeia-membros-para-integrar-o-conselho-municipal-de-meio-ambiente-de-feira-de-santana-condema-e-da-outras-providencias?q=C%F3digo%20Municipal%20de%20Meio%20Ambiente>>, acesso: 18 jan 2017.

FERREIRA, Carla Lorena Lima; SILVA, Ana Acácia Ribeiro Silva; CHAVES, Joselisa Maria. O lixo no município de Feira de Santana: problemas e soluções. In: VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA/X SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB. **Anais...**, v.1. p. 11-11, Vitória da Conquista: UESB, 2011.

FRANCO, Maria de Assunção R. **Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Feira de Santana: Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291080>>, acesso: 18 set. 2015.

_____. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. acesso: 18 set. 2015.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** (Coord. e Plan. Jurandyr Pires Ferreira) Rio de Janeiro: IBGE, 1958 (Volumes XX).

SOUZA, Maria Teresa Saraiva de; RIBEIRO, Henrique César Melo. Sustentabilidade Ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, art. 6, pp. 368-396, Maio/Jun. 2013.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. Universidade Federal Fluminense. **GEOgraphia**, v. 1. n.1. Ano 1. 1999. p. 71-91.

MACHADO, Gustavo Lisboa. **Estudo dos impactos sociais e ambientais de processos de requalificação urbana: o caso da lagoa grande no município de Feira de Santana-Bahia**. 2010. 98f. Monografia (Bacharelado em Engenharia Civil) -

Departamento de Tecnologia da UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2010.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**. n° 16, p. 22-40, 2004.

PIRES, Mixilini Chemin; WELTER, Izabel Preis. O direito à cidade sustentável. **Revista Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 1, n. 1. p. 63-70, jan./jun. 2010.

POPPINO. Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã. 1968.

SANTO, Sandra Medeiros. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana – BA. Artigo. **Sitientibus**. Feira de Santana, n. 28, p. 9-20, jan./jun. 2003.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940 – 2010)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2012.

SILVA, Solange Maria Oliveira Da. **Implantação de condomínios habitacionais, implicações ambientais e qualidade de vida: um olhar sobre o bairro Gabriela em Feira de Santana- BA**. 2017. 90f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana.